



ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2017

Ata n.º 37

Aos dezoito dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezassete, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezasseis de Maio, com a seguinte ordem de trabalhos: -

PONTO UM: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, Proposta de alteração do caminho de acesso à praia, na Quinta do Castelo-Albufeira; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, Proposta visando a aprovação da minuta do Contrato de Delegação de Competências do Município de Albufeira na AMAL- Comunidade Intermunicipal do Algarve; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (membro suplente PSD), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (membro suplente PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), João Hélder Cabrita (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), , Ricardo Jorge Almeida das Neves (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Paderne, Miguel Coelho, da Guia, Joaquim Vieira e de Ferreiras, Fernando Gregório. ---

Faltas: Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, José Geraldês de Pereira Simões, Ana Alexandra Pereira, e Luis Matias Afonso.-----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Rui Bernardo, Geraldês Simões, Ana Pereira e Luis Afonso foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Lurdes Meirinho, Ruben Barulho, João Cabrita e Ricardo Neves.-----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogério Neto.--

Havendo quórum (**vinte e quatro presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----



Não havendo intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal.-----

ORDEM DO DIA PONTO UM

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, Proposta de alteração do caminho de acesso à praia, na Quinta do Castelo-Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os Membros:-----

Cândido Reigado: "Temos umas dúvidas quanto a este ponto, primeiro porque que a empresa Nozul, primeiro destruiu caminho, inclusive construiu um muro e fecharam parte do caminho e só depois é que meteram o projecto na Câmara Municipal a pedir a alteração do caminho. Temos dúvidas, se a destruição do caminho não implicaria o pagamento de uma coima. Outra questão é se já foram fornecidos os dados com a largura do caminho, e se está garantido o caso do acesso àquelas escadas, com uma rampa para passagem de cadeira de rodas e crianças, ou seja, se já há dados concretos de como o caminho vai ficar."-----

Presidente da Assembleia: "Relativamente à segunda questão vai competir-nos impor as condicionantes para essa aprovação. O que lá falamos era precisamente uma questão de termos a medida do caminho para que essa planta nos servisse de base à deliberação, bem como condicionar, digamos assim, impor, que tenha os acessos para pessoas com mobilidade reduzida. Mas temos de convir que, eles só podem actuar dentro daquilo que é a sua propriedade. As escadas de acesso fazem parte do loteamento e se não estou em erro já é do município, foram entregues com limite pelo empedrado que lá está. Aquele empedrado é onde começa o terreno dos requerentes. O engenheiro e o arquitecto disponibilizaram-se para assegurar essa questão dos acessos e das rampas, e portanto, estamos convencidos que irão cumprir com essa boa vontade. O que temos de dizer é que no caminho que vamos, aqui hoje deliberar, caso se considere aprovar, sejam previstas condições de acesso a pessoas com mobilidade reduzida e aí cabe aos serviços da Câmara Municipal impor essas condicionantes na realização do caminho. Nós não temos competências urbanísticas, temos sim, a competência de impor determinadas regras. No espaço que está fora do domínio deles, podemos recomendar à Câmara Municipal que o faça e depois a Câmara negoceia com a



empresa. Podemos considerar isso num apontamento de recomendação à Câmara Municipal.” -----

Francisco Oliveira: “Só para deixar uma recomendação, que em situações futuras nos pudesse ser facultado outro tipo de informação, ou mesmo até, deslocações ao local, para evitar ter mais Assembleias Municipais relativamente a este assunto ou outros assuntos. Sabemos que muitas vezes a informação que nos é fornecida é parca, mas com toda a intenção de aprovarmos com alguma seriedade este e outros tipos de situações que são importantes para o concelho, seria de todo conveniente. Pela minha parte, e estive presente, a partir do momento em que visualizei a situação em causa, pareceu-me perfeitamente razoável, sem problema, não levantando as questões que já foram levantadas, aqui, pela CDU, e parecem-me pertinentes, e que o senhor Presidente na altura levantou, que é a questão da largura do próprio caminho, do pavimento, e embora verbalmente, foi-nos assegurado que isso seria feito. Não tenho dúvidas, também, que a forma como o caminho vai ser desenvolvido trará benefícios relativamente ao caminho anterior, não só pelo piso, pela forma como será feito, e pelo interesse que eles terão em que esse caminho seja um caminho pedonal, e que possa servir, também ao empreendimento, até porque eles têm todo o interesse em que o empreendimento tenha acesso à praia, e possa permitir, efectivamente, que os turistas e as pessoas que lá estejam possam realmente ter esse acesso. A questão da recomendação que eu faria, como exemplo desta circunstância é que em próximas situações nos possam fornecer, ou eventualmente, como fizemos neste caso, deslocarmo-nos ao local, para termos uma noção mais precisa das situações, evitando assim a necessidade de uma segunda Assembleia para a aprovação. Da nossa parte iremos aprovar esta alteração.”-----

Presidente da Assembleia: “Na última Assembleia, quando este ponto foi retirado, tentamos marcar uma reunião de líderes para conseguirmos conciliar e estudar este assunto antes de vir à Assembleia Municipal. Não foi possível conciliar agendas, para que conseguíssemos na altura discutir o assunto para que ele já viesse com a devida informação à Assembleia Municipal. Como não foi possível, este assunto veio sem essa reunião, que seria preparatória, para evitarmos, efectivamente, que o ponto fosse retirado e houvesse uma segunda Assembleia. Nas próximas, quando houver alguns pontos que sejam desta natureza ou de outra que se preveja conflitantes, tentaremos sempre fazer uma reunião de líderes, para que seja mais fácil pedir à Câmara Municipal informações e agilizar os procedimentos para que não haja depois mais Assembleias de



urgência como esta que hoje aqui estamos a tratar. Foi mesmo um caso de incompatibilidade de agendas, senão estou certo que na Assembleia teríamos resolvido estas informações com a visita que fizemos ao local, acho que fomos todos devidamente elucidados." -----

Soraia Rodrigues: "Tendo em conta o que já foi debatido na outra Assembleia, e as observações que foram colocadas hoje, queria apenas ter a confirmação daquilo que foi a opinião que eu construí. Este caminho, em termos de domínio público, está agora aqui uma proposta de alteração a dizer que ele já foi intervencionado, correto?" -----

Presidente da Assembleia: "Sim."-----

Soraia Rodrigues: "Não havendo ainda nenhuma deliberação à alteração do caminho, ele já foi intervencionado?"-----

Presidente da Assembleia: "Não foi isso que verificamos lá no local." -----

José Pimenta: "Só para completar o que o meu camarada já disse, falou-se aqui que o caminho vai ser beneficiado, e temos a dizer que quem estraga velho paga novo. A CDU sempre defendeu, que nestes casos deveríamos sempre ir ao local para verificar os casos. Não sei se com as reuniões de líderes depois se iria aos locais. Queria perguntar se o executivo tinha conhecimento da destruição do caminho? Existiu alguma reclamação em relação a este caminho? Existe alguma coima por causa da destruição do caminho? Foi o executivo fazer alguma visita a este local?" -----

Presidente da Assembleia: "Senhor Pimenta, a questão da reunião de líderes era o que os líderes decidissem. Uma reunião de trabalho é precisamente para fazermos aquilo que fazemos aqui na Assembleia, de uma forma muito mais célere. Com o devido respeito, estamos a fazer uma segunda Assembleia, a ter mais custos, mais gastos, quando poderíamos ter visto isto na reunião, a ideia da reunião era, como eu previ que isto fosse um assunto com alguma confusão, falei com o Doutor Francisco e ele também pensava que era o caminho de acesso à praia do Castelo e praia do Evaristo, a reunião era precisamente para nós agilizarmos, só isso. Porque se conseguíssemos fazer previamente, acho que ganhávamos todos com isso. Todos os membros são livres de visitar os caminhos, independentemente de irem em comitiva e depois pedirem informação. Não precisamos de fazer isto por reacção, podemos fazer por antecipação, para depois os serviços da Assembleia conseguirem pedir à Câmara Municipal, em devido tempo a informação que pretenderem. Não era a primeira vez que tal acontecia. Temos de pedir à Câmara, a Câmara tem de nos responder e depois comunicamos aos membros."-----



Presidente da Câmara: "Em relação às perguntas que me foram feitas, quanto à questão do caminho ter sido destruído, tomei conhecimento agora. A segunda questão, se fui ao local, não fui. A questão se foi levantada coima, eu desconheço, e a questão se houve alguma reclamação, que eu tenha conhecimento não houve qualquer reclamação. Do que vejo, quando passo por aquela zona, vejo lá um estaleiro e pouco mais. O que está aqui em causa é a Assembleia, nesta fase, autorizar ou não autorizar a alteração da localização do caminho. Quero explicar à Assembleia que há um pedido de aceleração desta matéria, e a questão prende-se com haver ali uma intenção de investimento de um senhor que pretende fazer lá um hotel, chamado W, acho que um hotel de luxo, vai criar uma série de emprego, vai anular aquele edifício só com estrutura que está abandonado, e vai nos dar a Albufeira um empreendimento de luxo, criando emprego, riqueza para Albufeira. Sendo que o limite, embora se possa discutir, de emissão desta licença de alterações é dia vinte, ou seja, amanhã. E como é matéria exclusiva da Assembleia Municipal, a questão da localização ou deslocalização do caminho, nós marcamos para amanhã e estamos dependentes da decisão da Assembleia Municipal, para amanhã podermos também nós tomar a nossa posição, para não ficarmos nós, município de Albufeira, com o ónus de termos evitado o investimento, que eu já li algures, num jornal, de cerca de sessenta milhões de euros naquele empreendimento. Acho que não devemos ficar com o ónus de deixar passar o prazo." --

Presidente da Assembleia: "A título informativo, foi enviado anteontem a ordem de trabalhos da próxima sessão de Câmara. Penso que todos receberam um mapa que foi enviado com as medidas do caminho. À volta do caminho serão cerca de dois metros de largura e depois o caminho passará para três e depois três metros e meio até chegar à parte de baixo do caminho já existente. O próprio engenheiro referiu que o caminho vai ser em pavimento ecologicamente satisfatório para que o caminho não fosse ofendido na sua génese em termos de implantação de PDM, e que já tinha sido discutida toda a questão do caminho com a APA para que também não houvesse questões. O director do departamento informou-nos que toda a intervenção que foi feita no terreno foi sancionada pela APA, que tem domínio sobre aquela zona. Todos os acessos foram estudados com a APA, e as movimentações de terra que lá existiram também foram aprovadas, pelo menos fiscalizadas por parte da APA."-----

Francisco Oliveira: "Só para acrescentar, que pela informação que tive do senhor engenheiro e senhor arquitecto, o caminho é no pavimento permeável, portanto à chuva, à água, permitindo que a água escoe mas sem a danificação do piso. Era um



material novo, testado, e que permitia também, não só não ser um pavimento escorregadio, que há de facto uma grande inclinação, na descida e na subida. "-----

Presidente da Assembleia: "Esta informação também foi prestada quando foram questionados sobre a mobilidade das pessoas com mobilidade reduzida e precisamente esse piso como era anti derrapante, permite que todas as pessoas consigam fazer o trajecto até à praia com alguma segurança. Se é um hotel que vai primar pela qualidade, todas as questões vão ter de ser acauteladas para que possam efectivamente ser melhoradas do ponto de vista comercial. Eu propunha que depois da deliberação passa-se a ter a recomendação que o caminho deverá acautelar condições técnicas de pavimento para pessoas com mobilidade reduzida, impermeabilização e que seja ecologicamente sustentável." -----

Presidente da Câmara: "Como o prazo está muito curto, e sem qualquer pressão, naturalmente, nós amanhã temos de licenciar de acordo com o que está no projecto, portanto, agora não podemos estar a alterar nada. Podemos acatar recomendações da Assembleia Municipal, mas agradecia que não alterassem nada, porque neste momento não vou alterar nada." -----

Presidente da Assembleia: "A questão é que daquilo que ficou discutido lá com os técnicos do promotor era que nós iríamos fazer esta recomendação, e que já estava prevista na atuação, por parte do promotor. Obviamente, não no sentido de alterar a proposta que vem da Câmara Municipal, mas no sentido de nos confortar também, aquilo que foi a discussão das preocupações dos membros da Assembleia, que estiveram presentes, para que depois fossem acauteladas."-----

Francisco Oliveira: "Aliás foi mesmo o arquitecto e o engenheiro que fizeram estas propostas. Disseram que o pavimento ia ser este, vai ser com estas medidas, vai ser nestas circunstâncias, portanto foram eles que propuseram essas questões e disseram que o projecto iria ser executado nestes termos. Nem partiu de nós, espero não me enganar, mas foi essa a ideia com que fiquei."-----

Presidente da Câmara: "Eu entendo e é perfeitamente legítimo a Assembleia Municipal, e está no âmbito da sua área de atuação fazer esse tipo de recomendação, mas só como recomendação." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----



Abstenções: três (03): Soraia Rodrigues, Mário Gaspar e Ivânia Mascarenhas.-----

Votos a Favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Lurdes Meirinho, Ruben Barulho, Eugénia Baptista, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ricardo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Foi recomendado à Câmara Municipal que sejam respeitados um pavimento ecologicamente sustentado, bem como um pavimento que permita o acesso a pessoas de mobilidade reduzida, e que se respeitem as medidas constantes na planta enviada pelos técnicos do promotor a esta Assembleia Municipal, na sequência da visita do dia onze de Maio. -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: três (03): Soraia Rodrigues, Mário Gaspar e Ivânia Mascarenhas.-----

Votos a Favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Lurdes Meirinho, Ruben Barulho, Eugénia Baptista, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ricardo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

A recomendação foi aprovada por maioria. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, Proposta visando a aprovação da minuta do Contrato de Delegação de Competências do Município de Albufeira na AMAL- Comunidade Intermunicipal do Algarve; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Presidente da Câmara: "Isto é meramente uma correcção de um parágrafo, que foi para todos os municípios, da AMAL. No fundo é retratar o mesmo que já estava retratado, que é que eles apenas terão a delegação de competências em relação a



interurbanos, tal e qual como hoje há o instituto de transportes, e nós mantemos, naturalmente, os nossos transportes que temos, designadamente o Giro. É uma mera correcção, mas que tem que passar por aqui.” -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Lurdes Meirinho, Ruben Barulho, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Cristina Oliveira, João Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Ricardo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Presidente da Junta de Freguesia da Guia.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 18 de Maio de 2017 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

